



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA

Versão: R03

A	OBJETO
	<p>Contratação de empresa especializada, na forma de contratação por menor preço global, para RECUPERAÇÃO DAS TORRES DE RESFRIAMENTO DE ÁGUA para o sistema de climatização do Anexo II da Unidade Rio Branco da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.</p> <p>A Contratação será feita para 03 (três) torres de resfriamento DELTA modelo FCC-200.</p> <p>Os serviços serão executados na unidade à Av. Rio Branco, 243 – Centro e o Anexo II tem acesso pela Av. México, 57 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.</p>

B	QUADRO QUANTITATIVO POR ITEM ESPECIFICADO		
Item	Descrição	Unidade	Quant.
1	<p>Reforma estrutural da Torre de Resfriamento DELTA, modelo FCC-200 considerando os seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforma geral de toda a estrutura e cobertura da torre, substituição dos dampers e reparo/substituição das sedes; • Eliminação dos vazamentos da carcaça, troca da massa de vedação e de todos os parafusos, com a utilização de parafusos de aço inox; • Troca do enchimento por enchimento canal 19, ou similar, em PVC auto extingüível; • Troca/otimização de árvore e bicos; • Reforma completa dos elementos de transmissão, proteção e regulagem; • Rebalanceamento de todos os ventiladores; • Reforma completa do sistema de suportes dos prolongamentos das três torres do Anexo II, com a troca dos suportes; • Reforma completa, com a substituição das chapas de aço do fechamento lateral por chapas de material não ferroso, caso aplicável; • Análise de performance antes e depois da intervenção. 	UN	03





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

2	<p>Reforma geral dos conjuntos ventiladores da Torre de Resfriamento considerando os seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Otimização de ventiladores com substituição dos rotores e dampers danificados, substituição dos mancais e substituição das correias acionadoras; • Revisão completa do cavalete metálico de suportação e de todo o sistema de fixação dos ventiladores, com a troca dos suportes de fixação (chassis) por novo em perfis galvanizados a fogo e pintados com acabamento em epóxi; • Rejuvenescimento completo do motor elétrico de 7,5 CV – 6 pólos; • Revisão, reforma e pintura do ventilador; • Rebalanceamento do conjunto. 	UN	03
3	<p>Substituição das conexões flexíveis da torre com a tubulação de água de condensação composta por mangotes flexíveis retos de lonas sintéticas com cobertura em borracha sintética resistente à abrasão, água e intempéries reforçadas com espiral de arame de aço e abraçadeiras metálicas, considerando, por torre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 02 mangotes de entrada/saída para tubulação de Ø 6" com 300 mm de comprimento. 	UN	03
4	<p>Análise de performance das torres considerando, no mínimo, medições de vazão e temperaturas da água de processo, assim como consumo elétrico da torre, antes e depois das intervenções acima.</p>	UN	03
5	<p>Retirada da caixa de equalização das três torres, para que seja feita a impermeabilização dos locais pela SJRJ, e reinstalação completa da mesma após tal serviço.</p>	UN	01





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

C	DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO
	<p>A empresa licitante, observado o disposto no Art.30 da Lei 8.666/93, deverá apresentar a documentação relacionada abaixo para ser considerada tecnicamente habilitada a participar da licitação:</p> <p>D.1 Registro da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em atividade relacionada ao objeto desta licitação.</p> <p>D.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório(s) da execução, pela empresa licitante, de FABRICAÇÃO E/OU REFORMA DE TORRES DE RESFRIAMENTO;</p> <p>D.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificado(s) pelo CREA, comprobatório(s) da execução de serviços, pelo(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) (engenheiro mecânico), mencionando, no mínimo, FABRICAÇÃO E/OU REFORMA DE TORRES DE RESFRIAMENTO;</p> <p>NOTA: O(s) profissional(is) designado(s) como responsável(is) técnico(s) pelos serviços deverá(ão) comprovar o vínculo profissional com a licitante por meio de: cópia de carteira de trabalho (CTPS), contrato social da licitante, contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de anuência do mesmo profissional (conforme Acórdão 1806/2015 – TCU – Plenário).</p>

D	DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
	<p>A Contratada deverá retirar os componentes existentes no local para permitir a instalação dos novos equipamentos, devendo entregá-los à Contratante.</p> <p>Os componentes que substituirão os existentes deverão ser similares em dimensões, materiais e tipo de construção.</p> <p>A Contratada deverá promover o fechamento correto das partes em fibra, para garantir o correto assentamento das partes metálicas no chassis das torres.</p> <p>A alimentação elétrica será executada através da infraestrutura elétrica existente que alimenta os ventiladores a serem substituídos.</p> <p>Os novos ventiladores das torres de resfriamento deverão ser devidamente balanceados no método estático e dinâmico.</p> <p>Todos os serviços deverão ser realizados fora do horário de expediente e/ou aos sábados/domingos.</p> <p>Toda a logística necessária à instalação dos ventiladores ficará às custas e responsabilidade da Contratada conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Material entregue embalado, posto Justiça Federal – Rio de Janeiro/RJ com frete incluso; - Descarregamento; - Mão de obra de montagem e sua supervisão; - Transporte vertical/horizontal dos materiais, andaimes, guincho e/ou caminhão Munk; - Fornecimento de caçambas apropriadas para acondicionamento dos resíduos/ entulho que serão extraídos da torre de resfriamento, bem como sua destinação.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

E	VISTORIA PRÉVIA / CONSULTAS
	<p>A visita prévia é facultativa, mas as empresas interessadas em realizá-la poderão marcar dia e hora para visitar os imóveis, a fim de tomarem conhecimento das condições locais. A visita poderá ser agendada pelo telefone (21) 3218-9079, no horário de 12 às 17h, com o Engº Delson dos Santos.</p> <p>A existência de qualquer dúvida ou questionamento, por parte da empresa interessada, incluindo divergências, omissões, erros, transgressões às normas técnicas, regulamentos, posturas ou leis em vigor, etc., deverá ser comunicada à Comissão Permanente de Licitação - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por escrito, antes da data fixada para apresentação das propostas.</p> <p>Os esclarecimentos e instruções serão prestados pela Contratante, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a todos os licitantes, mesmo que apenas um os tenha solicitado.</p> <p>O ato de apresentação da proposta, pelos licitantes, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo Contrato e seus anexos, pois a Contratante não acolherá posteriores reivindicações fundadas na alegação de desconhecimento de aspectos inerentes à execução dos serviços.</p>

F	DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA
	<p>As empresas interessadas deverão incluir, em sua proposta, todos os materiais (inclusive transporte, movimentação, classificação, controle, armazenagem, etc.) ferramentas e equipamentos (inclusive transporte, embarque, desembarque, montagem/desmontagem, guarda, reparos, manutenções, etc.), mão-de-obra (inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, tributos incidentes, etc.) e outros serviços indispensáveis à execução dos serviços contratados, bem como os valores relativos a lucros e despesas indiretas e todas as instalações e itens necessários à execução dos serviços contratados, considerando a modalidade de contratação por Preço Global.</p> <p>O mesmo se aplica a testes, ensaios, mobilizações, desmobilizações, atrasos por chuva e imprevistos, dispositivos de segurança, serviços auxiliares, etc. Eventuais dúvidas a esse respeito, também, deverão ser objeto de consultas na fase licitatória, não sendo admitidas, posteriormente, postulações da Contratada, que tenham por base interpretações diversas do disposto neste parágrafo.</p> <p>Em sua proposta a empresa deverá considerar os custos para execução das instalações dos equipamentos, inclusive parte elétrica, reparos em fibra e serviços civis, tais como rasgos, recomposições de revestimentos, etc., observando todas as diretrizes deste Termo de Referência e das especificações técnicas.</p> <p>Em sua proposta a licitante deverá indicar, na planilha orçamentária, os preços unitário e total para cada item, fixos e irredutíveis, e o valor global da proposta.</p> <p>Após a assinatura do contrato ficará pressuposta a concordância tácita de todos aqueles documentos constantes do projeto, não cabendo qualquer alegação posterior sobre divergências entre os mesmos.</p> <p>Todo e qualquer serviço que esteja contemplado em, pelo menos, um dos documentos contratuais, tais como especificação ou projeto, terá que ser executado pela Contratada dentro do preço global proposto.</p>





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

G DIRETRIZES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
Reunião inicial	No 1º dia útil após a data de assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, a Contratada deverá comparecer à SJRJ, para realização de reunião para definição das diretrizes operacionais para execução dos serviços.
Mobilização	A Contratada deverá tomar todas as providências necessárias a sua imediata mobilização, e início dos serviços, após assinatura do Contrato, de modo que fique claramente demonstrado, à Contratante, o empenho da Contratada no cumprimento das datas contratadas, especialmente de término dos serviços.
Segurança do Trabalho - EPIs/EPCs	Os funcionários da Contratada deverão transitar no local dos serviços, devidamente uniformizados, identificados e calçados, utilizando os respectivos EPIs, devendo a Contratada dotar o local dos serviços dos EPCs necessários à garantia da segurança, em atendimento à legislação vigente.
Armazenagem de materiais	É de inteira responsabilidade da Contratada garantir as condições para a perfeita armazenagem de equipamentos e materiais, em locais a serem indicados pela Contratante.
Fiscalização da Contratante	A execução dos serviços será acompanhada pela Fiscalização da Contratante, que designará como fiscais prepostos seus, com autoridade para exercer, em nome da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, toda e qualquer ação para o fiel cumprimento do contrato.
Administração dos Serviços	A Contratada confiará a execução dos serviços requisitados a profissionais devidamente habilitados, ficando a seu cargo o dimensionamento de seu pessoal para a execução dos serviços, devendo utilizar o quantitativo de pessoal compatível com o porte dos mesmos e prazos a cumprir, podendo a Contratante exigir aumento da equipe, sempre que ocorrer descumprimento dos prazos. A execução dos serviços deverá ser acompanhada por representante da Contratada, devendo atuar como representante da empresa, responsabilizando-se pelos serviços e por quaisquer entendimentos entre a Contratante e a Contratada, tendo, inclusive, autorização para assinar o Diário de Obras.
Normas Técnicas / Recomendações do fabricante	Os serviços deverão ser realizados utilizando-se a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras legislações vigentes. Deverão ser observados, na execução dos serviços, as recomendações e diretrizes dos fabricantes dos equipamentos para sua instalação e funcionamento.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Programação dos serviços	A Contratada deverá apresentar, precedendo ao início dos serviços, a sua programação para a execução dos mesmos.
Relação de pessoal e ferramentas	A Contratada deverá apresentar, precedendo à execução dos serviços: ✓ relação de pessoal para sua execução, devidamente identificados através de seus documentos de identidade, devendo ser periodicamente atualizada, previamente às alterações que se fizerem necessárias; ✓ relação de ferramentas e equipamentos , de propriedade da Contratada, que serão utilizados no imóvel, durante a execução dos serviços, que deverá ser periodicamente atualizada.
Critérios de Similaridade	A substituição de um material por outro, se necessário, poderá ser proposta pela Contratada para apreciação pela Contratante, quando houver similaridade total entre os mesmos, mediante justificativa prévia fundamentada acerca da substituição proposta e devidamente acompanhada de documentação comprobatória da similaridade total existente. Diz-se que dois materiais ou equipamentos apresentam similaridade total se desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características de qualidade, comportamento e funcionamento, incluindo, quando for o caso, o seu enquadramento nas Normas da ABNT específicas. Na ocorrência de similaridade total, a substituição, após previamente autorizada pela Contratante, se processará sem haver compensação financeira, seja em favor da Contratante ou da Contratada, devendo a autorização para utilização de similar ser dada por escrito pela Contratante. Caso os procedimentos acima não sejam cumpridos pela Contratada, prevalecerão os padrões originalmente especificados. Na hipótese de dúvidas, a Contratada deverá providenciar, às suas expensas, ensaios e/ou provas efetuadas no material/equipamento, em laboratório indicado pela Contratante, apresentando laudo técnico que comprove a similaridade porventura existente.
Limpezas e remoção de entulho	A Contratada deverá manter limpos os locais dos serviços, providenciando a remoção e o transporte dos restos de materiais e do entulho produzido. Ao final dos trabalhos, o local dos serviços deverá ser entregue em perfeitas condições de limpeza e conservação.
Reparos e reposições	Quaisquer danos causados pela Contratada a bens móveis ou imóveis da Contratante ou de terceiros serão de sua inteira responsabilidade, cabendo-lhe todos os ônus dos reparos ou da reposição.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Responsabilidade e garantia	<p>A Contratada garantirá que todos os serviços serão executados com eficiência e sob a melhor técnica.</p> <p>Todos os trabalhos que não atendam às condições contratuais serão impugnados pela Contratante, cabendo à Contratada, refazer tais trabalhos sem prejuízo do prazo contratual, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.</p>
Subcontratação dos serviços	<p>É vedada a subcontratação total dos serviços objetos desta licitação, consoante disposto no art. 72 da Lei 8666/93, sendo a subcontratação parcial somente admitida para os serviços complementares das disciplinas listadas abaixo e devendo ser previamente submetida à apreciação da Contratante:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviços CIVIS; • Serviços ELÉTRICOS; • Serviços de USINAGEM; • Serviços de CONFECÇÃO E REPAROS EM PVC; • Serviços de CONFECÇÃO E LAMINAÇÃO EM FIBRA DE VIDRO; • Outros serviços que sejam tecnicamente muito específicos ou de técnica não condizente com a finalidade da empresa Contratada, conforme critério específico da Fiscalização Técnica. <p>A eventual subcontratação de serviços não eximirá a Contratada da responsabilidade e das garantias definidas neste Termo de Referência, nem de quaisquer outras exigidas pelo contrato e seus anexos.</p>
Manuais de utilização e manutenção	<p>A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar, ao término dos serviços, em português, os Manuais Técnicos de utilização e manutenção dos equipamentos/componentes instalados.</p>

H PRAZO DE EXECUÇÃO	
Prazo de execução	90 (noventa) dias corridos , a contar do 1º dia útil após a data de assinatura do Contrato/retirada da nota de empenho.
Metas de execução parciais	<p>É considerado o seguinte cronograma de medição/execução mínima para o contrato com relações percentuais aos valores do escopo total dos serviços contratados:</p> <p>Em 30 dias – Medição mínima de 20%;</p> <p>Em 60 dias – Medição acumulada mínima de 60%;</p> <p>Em 90 dias – Medição acumulada mínima de 100%.</p>

I GARANTIA	
Prazo de Garantia	A garantia dos serviços prestados será de 01 (um) ano a contar da data do Recebimento Definitivo, sendo que qualquer defeito observado dentro do período da garantia deverá ser sanado, pela Contratada, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas .





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

J	FORMA DE PAGAMENTO
	<p>O pagamento à Contratada será efetivado por crédito em conta corrente, mediante ordem bancária, cuja data de emissão será considerada como data do pagamento.</p> <p>Para contratações com valor inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal e para as de valores superiores ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo.</p> <p>O pagamento será efetuado em medições que contemplarão apenas os itens concluídos e aprovados pela Fiscalização Técnica até tais datas, conforme abaixo:</p> <p>1ª Medição – 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil após a assinatura do contrato;</p> <p>2ª Medição – 60 (sessenta) dias conforme critério acima;</p> <p>3ª Medição – 90 (noventa) dias conforme critério acima (ver nota).</p> <p>Nota: O terceiro e último pagamento do Projeto realizar-se-á somente após a emissão/assinatura dos respectivos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo.</p>

K	CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO
Recebimento Provisório	<p>No prazo de 15 (quinze) dias, a partir da solicitação por escrito da Contratada, lavrar-se-á Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor, assinadas pelo representante legal da Contratada, e pela Fiscalização da Contratante, que fará as vistorias, observações e conferências necessárias à concessão do recebimento e pelo(s) Supervisor(es) da(s) Seção(ões) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços.</p> <p>Uma via ficará em poder da Contratante, destinando-se a outra, à Contratada.</p>
Recebimento Definitivo	<p>Executado o contrato, o seu objeto será recebido definitivamente, mediante termo circunstanciado, lavrado pela Comissão de Recebimento designada pela Contratante, em até 30 (trinta) dias a contar da emissão do recebimento provisório, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observadas as condições em que a Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.</p> <p>Para tanto, será lavrado, o Termo de Recebimento Definitivo, em 02 (duas) vias de igual teor – 01 (uma) via para a Contratante e 01 (uma) para a Contratada – desde que tenham sido satisfeitas as condições abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – O atendimento a todas as pendências contratuais apontadas pela Fiscalização após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório. – A entrega de documentos de inexistência de débito, fornecidos pelo INSS e pelo FGTS, além da Certidão Conjunta Negativa





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

	<p>de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;</p> <p>Na hipótese de existência de pendências ou de rejeição dos serviços, por parte da Comissão de Recebimento, por estarem em desacordo com as especificações e condições em que foram licitadas, a Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro estipulará prazo para a Contratada repará-los, ficando suspensa a concessão do Recebimento Definitivo, até que todas as pendências apontadas tenham sido eliminadas.</p>
--	---

L	INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)
Fundamentação Legal	<p>O IMR é, conforme Instrução Normativa nº 05 de 2017, o “mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento” para os serviços prestados.</p> <p>A Fiscalização Técnica medirá a eficiência da execução contratual em função de indicadores referenciais, que são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados com os serviços contratados.</p> <p>O único indicador utilizado para mensurar a meta quantificável a ser cumprida pela CONTRATADA visa o Cumprimento do prazo final do serviço e metas parciais conforme item H.</p>
Carência de Aplicação	<p>Os primeiros 30 (trinta) dias, após o início da execução dos serviços serão considerados como período de estabilização, durante o qual a Contratada deverá proceder a todos os ajustes que se mostrarem necessários, bem como nos procedimentos adotados e demais aspectos da prestação dos serviços, de modo a assegurar o alcance dos níveis das metas estabelecidas. Caso haja prorrogação do prazo contratual, não haverá novo período de estabilização.</p> <p>Em função do dito acima, não será cobrada meta nos primeiros 30 (trinta) dias do contrato (1ª Medição).</p>
Indicador e parâmetros	<p>Foi considerado crítico e alinhado diretamente com o objetivo do contrato o cumprimento dos prazos de realização e entrega, após a devida aprovação técnica da Fiscalização, dos itens considerados no cronograma físico-financeiro.</p>





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Metodologia e cálculo	<p>O IMR será calculado em função do percentual de atendimento ao prazo contratual definido no cronograma físico-financeiro, ou seja, em função da relação entre o valor mensal efetivamente medido (VM) no mês em questão e o respectivo valor mensal previsto (VP) no ato da contratação, conforme o item H e o valor total dos serviços.</p> <p>Caso não seja atingido o nível de execução esperado para o escopo de fornecimento, a empresa CONTRATADA terá desconto no valor a ser pago mensalmente pela CONTRATANTE.</p>					
	Indicador (I)	Unidade de Medida	META para medição Mensal	Faixas de Adequação do Indicador (I)		Itens de referência neste documento
	I = VM/VP	%	100%	A	Acima de 90%	100 %
				B	Acima de 70% até 90%	98 %
				C	Acima de 40% até 70%	95 %
				D	Até 40%	90 %

M	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS					
Fundamentação Legal	<p>O não cumprimento pela contratada de qualquer uma das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos por este Termo de Referência sujeita-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da lei nº 10.520/2002.</p> <p>A contratada estará sujeita às penalidades estipuladas conforme tabelas abaixo, em face das ocorrências ali descritas:</p>					
Penalidade em função de ATRASO(s) no Cronograma Físico-Financeiro	Sanção	Relação entre os valores medido e previsto I = VM / VP	Valor do IMR	Penalidade		
				1 (um) mês	2 (dois) meses	3 (três) meses
	1	Acima de 40% até 70%	95 %	Não aplicável	Advertência	Multa de 10% sobre o valor inadimplido
	2	Até 40%	90 %	Advertência	Multa de 10% sobre o valor inadimplido	Multa de 15% sobre o valor inadimplido
Penalidade em função de INEXECUÇÃO Contratual	Sanção	Tipo de Inexecução		Penalidade		
	3	Inexecução contratual de item contratado		Multa de 20% sobre o valor de cada item não executado		
	4	Abandono do contrato sem a conclusão do projeto		Multa de 10% sobre o valor total do contrato		





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Notas adicionais	<ol style="list-style-type: none"> 1) As penalidades descritas não impedem que outras penalidades por descumprimentos contratuais de aspectos não relacionados ao mesmo sejam aplicadas. 2) O IMR não poderá ser utilizado quando o motivo do não atingimento da meta de faturamento decorre da Contratante e/ou de ações alheias à capacidade de atuação da Contratada, conforme julgamento da Fiscalização do Contrato. 3) As sanções administrativas, quando aplicadas, não desobrigam a aplicação do IMR. 4) A sanção nº 4, quando aplicada, não desobriga a aplicação das demais sanções. 5) As sanções de número 2, 3 e 4 das tabelas não impedem que as sanções previstas nos artigos 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002 sejam também aplicadas. 6) Considera-se aqui os meses de atraso após a ocorrência da primeira medição a menor em relação à expectativa de faturamento, conforme cronograma físico-financeiro contratual e suas metas de execução parciais.
-------------------------	--

N	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
	<p>A CONTRATADA deverá observar e adotar os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços de manutenção de ar condicionado, quando couber, previstas na Instrução Normativa nº 01/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p> <p>Os serviços deverão ser planejados e executados visando à economia da manutenção e operacionalização das edificações, na redução do consumo de energia e de água, bem como na utilização de equipamentos e materiais, que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>Deverá ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, equipamentos de origem local, para a execução da manutenção.</p> <p>Nas atividades relacionadas com a manutenção de ar condicionado, fica vedada a utilização de produtos altamente tóxicos, segundo a classificação do Ministério da Saúde, assim como deverão ser utilizados produtos Biodegradáveis para a limpeza e desengraxe.</p> <p>A CONTRATADA deverá adotar na retirada de resíduos, prática de descarte sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização. Os resíduos sólidos deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, de modo a garantir a segurança no armazenamento e transporte dos mesmos.</p> <p>A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Usar produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA. b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003. c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- d) Realizar a prestação dos serviços de manutenção preventiva/corretiva, objeto deste Termo de Referência, alinhados com as especificações técnicas contidas nas Normas Técnicas Brasileiras, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assim como com as especificações técnicas contidas nas Normas Regulamentadoras publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Todos os procedimentos de execução do contrato deverão ser feitos de forma ambientalmente sustentável e respeitando todas as normas e legislações aplicáveis na ocasião do contrato, conforme as listadas abaixo:

- Lei nº 9.433 de 08/01/1997 – Política Nacional do Meio Ambiente
- Lei nº 9.605 de 12/02/1998 – Lei de Crimes Ambientais
- Lei nº 7.347 de 24/07/1985 – Lei da Ação Civil Pública
- Lei nº 9795 de 27/04/1999 - Política Nacional de Educação Ambiental
- Lei nº 9984 de 17/07/2000 - Política Nacional de Recursos Hídricos
- Lei nº 10165 de 27/12/2000 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental
- Lei nº 12.305 de 02/08/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Decreto nº 7.404 de 23/12/2010 – Regulamentação da lei nº 12.305/2010
- Decreto nº 7.746 de 05/07/2012 – Contratações Públicas Sustentáveis
- Instrução Normativa nº 01/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Resolução Nº CJF-RES-2018/00479 de 28 de fevereiro de 2018 que institui o Manual de Sustentabilidade e Eficiência Energética a ser aplicado nas edificações do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O	LISTAGEM DE ANEXOS
	ANEXO I – Fotos dos Equipamentos a Reformar; ANEXO II – Modelo de Placa de Obra; ANEXO III – Modelo de Relatório Fotográfico para Medição; ANEXO IV - Modelo de Declaração do Cálculo dos Encargos Sociais ANEXO V – Modelo de Declaração da Composição da Bonificação de Despesas Indiretas – BDI ANEXO VI – Modelo de Planilha Orçamentária





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

M	CONSIDERAÇÕES FINAIS
	A Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária do Rio de Janeiro considera que a documentação fornecida contém todas as informações e orientações necessárias à elaboração da proposta e à execução integral dos serviços.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2020.

Delson dos Santos

Seção de Manutenção de Equipamentos Mecânicos – SEMEQ
Supervisor

Maria Luiza Alves de Aquino

Coordenadoria de Manutenção – CMNT
Coordenadora

Claudia Mesquita Rezende Rangel

Subsecretaria de Infraestrutura – SIE
Diretora



JFRJEOF202000059V02



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO I – Fotos dos Equipamentos a Reformar;



Torres vistas de cima e visualização do lado de acionamento dos ventiladores da torre 1




Vista entre as torres 1 e 2 e do lado de acionamento das torres 2 e 3





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO II – Modelo de Placa de Obra

<p>Espaço reservado para arte da empresa contratada</p>	
<p>DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: xxxxxxxxxxxxxxxx EMPRESA CONTRATADA: xxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ Nº: xx.xxx.xxx/xxxx-xx RESPONSÁVEL TÉCNICO: Eng./Arq. (CREA/CAU Nº xxxxxxxxxxxxxxxx)</p>	
 JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	<p>CONTRATANTE: JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO ENDEREÇO DO SERVIÇO: AVENIDA RIO BRANCO, 243, ANEXO II, CENTRO – RIO DE JANEIRO - RJ PROCESSO Nº XXXXX N° DO CONTRATO: XXXXX VALOR DO CONTRATO: R\$ PRAZO: XX MESES DATA DE INÍCIO: XX/XX/XXXX DATA DE TÉRMINO: XX/XX/XXXX Nº DO CONTRATO: XXXXX</p>

Obs.: PLACA DE OBRA PÚBLICA, DIMENSÕES (2,00 X 1,125) m.



JFRJEOF202000059V02



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO III – Modelo de Relatório Fotográfico para Medição

Relatório Fotográfico Medição: 01 LOCALIDADE

FOTO

Foto 1

Item 1.1.1 – descrição do item resumido



JFRJEOF202000059V02



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO IV - Modelo de Declaração do Cálculo dos Encargos Sociais

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO-DE-OBRA		
RIO DE JANEIRO		VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2018
DESONERADO - PLANILHA DE REFERÊNCIA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %
GRUPO A		
A1	INSS	0,00
A2	SESI	1,50
A3	SENAI	1,00
A4	INCRA	0,20
A5	SEBRAE	0,60
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTE DO TRABALHO	3,00
A8	FGTS	8,00
A9	SECONCI	1,00
A	TOTAL	17,80
GRUPO B		
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,99
B2	FERIADOS	4,87
B3	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,92
B4	13º SALÁRIO	10,82
B5	LICENÇA PATERNIDADE	0,07
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	0,72
B7	DÍAS DE CHUVA	1,23
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,11
B9	FÉRIAS GOZADAS	7,69
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03
B	TOTAL	44,45
GRUPO C		
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,93
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	6,09
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	5,05
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,41
C	TOTAL	16,60
GRUPO D		
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	7,91
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,42
D	TOTAL	8,33
TOTAL (A+B+C+D)		87,18





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO-DE-OBRA		
RIO DE JANEIRO		VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2018
PLANILHA EM BRANCO		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA %
GRUPO A		
A1	INSS	
A2	SESI	
A3	SENAI	
A4	INCRA	
A5	SEBRAE	
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTE DO TRABALHO	
A8	FGTS	
A9	SECONCI	
A	TOTAL	0,00
GRUPO B		
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	
B2	FERIADOS	
B3	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	
B4	13º SALÁRIO	
B5	LICENÇA PATERNIDADE	
B6	FALTAS JUSTIFICADAS	
B7	DIAS DE CHUVA	
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	
B9	FÉRIAS GOZADAS	
B10	SALÁRIO MATERNIDADE	
B	TOTAL	0,00
GRUPO C		
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	
C3	FÉRIAS INDENIZADAS	
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	
C5	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	
C	TOTAL	0,00
GRUPO D		
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B	
	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O AVISO PRÉVIO INDENIZADO	
D2		
D	TOTAL	0,00
TOTAL (A+B+C+D)		0,00







JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO VI – Modelo de Planilha Orçamentária

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
RECUPERAÇÃO DAS TORRES DE RESFRIAMENTO DE ÁGUA para o sistema de climatização do Anexo II da Unidade Rio Branco					
Item	Descrição	Unid	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	Reforma estrutural da Torre de Resfriamento	UN	03		
2	Reforma geral dos conjuntos ventiladores da Torre de Resfriamento	UN	03		
3	Substituição das conexões flexíveis da torre com a tubulação	UN	03		
4	Análise de performance das torres	UN	03		
5	Retirada da caixa de equalização das três torres	UN	01		
TOTAL DO ESCOPO (PREÇO GLOBAL)					

